

ARBITRAGEM DOS SERVIÇOS MÍNIMOS

Nº Processo: 3/2022/DRCT- ASM


Conflito: Arbitragem para definição de serviços mínimos.

Assunto: Definição de serviços mínimos na sequência do aviso prévio de greve decretada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte, nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2022, entre as 12h15 e as 14h15 e as 18h00 e as 20h00.

ACÓRDÃO

I – Os factos

1. O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPSN) dirigiu às entidades competentes um aviso prévio referente à greve decretada para os dias 12, 13 e 14 de julho de 2022, entre as 12h15 e as 14h15 e as 18h00 e as 20h00, no qual não é apresentada nenhuma proposta de serviços mínimos.
2. Em face do aviso prévio, o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I.P.) solicitou a intervenção da DGAEP ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 398.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.



3. Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 398.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi convocada para o dia 6 de julho de 2022, na DGAEP, uma reunião com vista à negociação de um acordo de serviços mínimos para a greve em referência, não sendo possível, contudo, a realização da mesma por impossibilidade de comparência por parte do STFPSN, conforme comunicação remetida a esta Direção-Geral por aquela associação sindical.

4. Foi, entretanto, promovida a formação deste Colégio Arbitral, que ficou assim constituído:

Árbitro Presidente – Dr. José de Azevedo Maia (2.º suplente, por impossibilidade de contacto com o árbitro efetivo e com o 1.º suplente)

Árbitro Representante dos Trabalhadores – Dr. Carlos Eduardo Linhares de Carvalho

Árbitro Representante dos Empregadores Públicos – Dra. Paula Alexandra Gonçalves Matos da Cruz Fernandes (2.º suplente, por impedimento do árbitro efetivo e por impossibilidade de contacto com o 1.º suplente)

5. Por ofícios (via comunicação eletrónica) de 6 de julho de 2022, foram as partes notificadas, em nome do Presidente do Colégio Arbitral, para a audição prevista no n.º 2 do artigo 402.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

6. O STFPSN na sua comunicação veio em suma referir no que respeita ao conceito de necessidade social impreterível que *“(…) questionável será que bens poderão estar em causa, se por um lado o serviço se mantém em funcionamento normal nos dias vindos de referir em 2/3 do tempo e em apenas 1/3 será afetado em relação, eventualmente e só, ao número de trabalhadores em exercício de funções. Isto é, apenas na Loja do Cidadão no Porto (exclusivamente) e para o total de trabalhadores Assistentes Técnicos (única carreira) e para um período específico constante do aviso prévio – das 12,45 às 14,15 e das 18,00 às 20,00 horas, pese embora o facto do período de abertura apos cidadão ser das 8,30 às 19,30. Assim,*

Ainda que o serviço possa ser enquadrado na alínea i) do nº 2 do art.º 397º da LTFP, o certo é que qualquer cidadão pode ver a sua eventual necessidade satisfeita num total de 8,00 (oito) horas em 11 possíveis. Mas como se verá de seguida, também os demais trabalhadores, designadamente aqueles que teoricamente os deveriam atender, estarão naquele período em serviço. ***Ou seja, o serviço nunca encerra, mesmo que a adesão fosse total.***

Quanto à necessidade de serviços mínimos para a presente greve acrescenta o STFPSN que:


“Pese embora o sentido aberto do art. 397.º (LTFP), importa apurar se no caso concreto de uma greve agendada para um período específico de três dias, e mesmo assim em apenas dois períodos de tempo de funcionamento diário em que resulta apenas a greve em 1/3 do período total de funcionamento, haverá lugar à prestação de serviços mínimos, sabendo que estão em conflito dois direitos um deles fundamental, o direito à greve (art. 57.º CRP) e o direito a ser atendido nos períodos específicos previstos para a greve?

Será credível dizer-se que o direito fundamental do cidadão a ser atendido não pode ser realizado nas restantes oito horas de funcionamento do serviço? Ou será que a imposição aqui de serviços mínimos põe em causa o direito à greve.?

Por outro lado, foi clara a decisão do sindicato de recorrer apenas aos dois períodos do dia de menor duração – o primeiro entre as 12,45 e as 14,15 e o segundo das 18,00 às 19,30 horas – que o sindicato referiu ser até às 20,00 porque os trabalhadores ficam para além do horário de encerramento da loja, a concluir os serviços e já não especificamente em atendimento. Assim,

Os serviços, nos supra indicados dias de greve, estarão abertos com a totalidade dos trabalhadores – assistentes técnicos, técnicos superiores e oficiais de registos das 8,30 às 12,45 e das 14,15 às 18,00, e,

Funcionará apenas com os técnicos superiores e oficiais de registos e com os não aderentes à greve no período das 12,45 às 14,14 e das 18, às 19,30 horas, de onde se concluiu que seguramente os serviços estarão sempre assegurados com o pessoal, a quem a greve não se destina.”



Já no tocante à definição de serviços mínimos para os dias 12, 13 e 14 de julho de 2022, aduz o STFPSN que “(...) os serviços mínimos devem ser adequados por forma a garantir que todos os cidadãos que necessitem dos serviços possam efetivamente ter perspectiva de atendimento. No entanto, esta amplitude dos serviços mínimos, no que respeita à tutela de direitos de terceiros, in casu os cidadãos nos termos legais não impõe que sejam fixados serviços mínimos adequados e proporcionais, já que à partida (...) terão de estar assegurados pelos trabalhadores a quem a greve se não destina.


Ou seja, os serviços mínimos aqui seriam os serviços máximos (...)”

Termina o STFPSN, referindo que “(...) os trabalhadores existentes no serviço na totalidade do período de greve são em número mais do que suficientes para o cabal resposta do serviço, e a estes deverão ainda ser acrescidos os eventualmente não aderentes.”

7. Por sua vez, o IRN, IP vem sustentar, em síntese, que “(...) na impossibilidade de obtenção de acordo quanto à definição de serviços mínimos a assegurar durante a greve e gorada a intervenção da DGAEP nos termos e para os efeitos previstos nos n.os 2 e 4 do artigo 398º da LTFP – já por diversas vezes houve lugar à constituição de colégios arbitrais, em conformidade com o disposto no nº 3 do citado artigo 398 da LTFP; sendo de destacar, com referência aos últimos 4 anos, as decisões arbitrais que, nessa senda, foram proferidas no âmbito dos processos n. os 8/2021/DRCTASM, 2/2020/DRCT- ASM, 24/2019/DRCT- ASM, 22/201/DRCT- ASM, 21/2019/DRCT- ASM, 17/2019/DRCT- ASM e 15/2019/DRCT- ASM.

O IRN, IP refere ainda que “(...) nas situações subjacentes às referidas decisões, nas situações subjacentes às referidas decisões, estávamos perante greves que abrangiam a totalidade do horário de atendimento e não – como sucede no caso em apreço – apenas as duas últimas horas de cada turno (ou seja, parcial)”, mas “(...) tal não deixará de ser ponderado e considerado na proposta que, a final, se apresentará.”

Acrescenta também que "(...) o IRN, IP presta serviços de atendimento ao público, prestação essa, que, legalmente, lhe incumbe em exclusivo" e que relativamente a alguns dos serviços prestados, como o que dos que se reportam ao cartão de cidadão:




- a) ***"não existem meios paralelos (ou alternativos) viáveis para a satisfação das concretas necessidades dos cidadãos que são asseguradas através de tais serviços;***
- b) ***as necessidades em apreço não são passíveis de auto satisfação individual:***
- c) ***pela natureza das necessidades que tais serviços visam satisfazer, a sua privação (pelo tempo de paralisação que a greve importa) é suscetível de determinar, em certos caso, a verificação de prejuízos irreparáveis."***

Mais entende o IRN, IP que, transcrevendo:

"37 – Daí que, e concludentemente, a definição dos serviços mínimos deverá sempre, e necessariamente, respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

38 - Sendo certo que, em consonância com o que se referiu - e considerando aquela que é hoje a realidade dos serviços de registo e a dinâmica da sociedade, o facto dos serviços prestados pelo IRN, IP no âmbito da identificação civil (em particular emissão de cartões de cidadão) não poderem (por lei) ser prestados por nenhuma outra entidade e os concretos prejuízos que a privação da prestação deste serviço pode acarretar para a esfera jurídica dos cidadãos – facilmente se conclui que estamos, efetivamente, perante a satisfação de necessidades sociais impreteríveis dos cidadãos.

39 – Será o caso, em particular, dos serviços de:



a) Entrega de cartão de cidadão extremo urgente¹; e

b) Entrega de Passaporte urgente (entregue no prazo de 1 dia útil, se pedido até às 11h em qualquer posto de atendimento), mas cuja entrega apenas pode ocorrer no balcão do pedido;

c) Entrega de Passaporte expresso (entregue no prazo de 2 dias úteis, se pedido até às 17 horas em qualquer posto de atendimento), mas cuja entrega apenas pode ocorrer no balcão do pedido.

40 - Com efeito, numa sociedade cada vez mais global e globalizada, onde os compromissos assumidos pelos cidadãos (seja a nível pessoal, seja a nível profissional) extrapolam, não raras vezes, o limite das fronteiras nacionais, facilmente se poderá compreender que uma greve decretada nos serviços do IRN, IP poderá - ainda que indiretamente (nomeadamente por via da impossibilidade de identificação pessoal) - provocar inúmeros constrangimentos à liberdade de deslocação dos cidadãos, colocando em causa a satisfação de necessidades sociais impreteríveis e até, no limite, direitos fundamentais. Note-se que a emissão do Cartão de Cidadão é insubstituível para o ato de deferimento da concessão de Passaporte.

41 – Aliás, se tivermos presente que, como acima se referiu, **o direito à identidade é um direito constitucionalmente consagrado** – cfr. artigo 26º nº 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP) - dificilmente se pode compreender que a identificação civil fique fora do núcleo de serviços essenciais que importa garantir aos cidadãos, mesmo em contexto de greve.


¹ CC com **prazo de entrega é no próprio dia**, no caso dos pedidos entrados até às 11 horas ou no dia útil seguinte); sendo que o pedido pode ser feito em qualquer balcão de atendimento que disponibilize o serviço, mas a entrega apenas pode ser feita no DIC – Campus da Justiça em Lisboa e Loja do Cidadão do Porto.

42 - Note-se que, entre outros eventuais prejuízos de difícil reparação, a mera impossibilidade de um cidadão se fazer acompanhar do seu CC, pode determinar que este fique, irremediavelmente, impedido de se deslocar (pois o CC é um documento indispensável para que qualquer cidadão português se possa deslocar dentro da União Europeia ou do Espaço Schengen, assim como para poder solicitar o Passaporte Eletrónico Português (PEP), documento fundamental para que qualquer cidadão português possa viajar para fora da União Europeia e do Espaço Schengen).

43 - E facto é que **a privação, ainda que temporária, do direito de deslocação** (indiretamente determinada pela impossibilidade de obtenção de um CC) – **além de constituir, em si, a lesão de um direito fundamental** (vg artigo 44º da CRP) - **poderá traduzir-se em prejuízos desmesurados ou mesmo irreparáveis, consoante o motivo que esteja por detrás de necessidade de deslocação.**

44 – Equacionem-se, entre tantas outras situações passíveis de se verificarem:

- i) o caso de um estudante que deixe de poder prestar provas/comparecer a uma entrevista numa determinada universidade e veja, assim, inviabilizado o seu acesso a determinado curso;
- ii) o caso de um candidato que se veja impedido de prestar provas/comparecer a uma entrevista de emprego e se veja, por isso, preterido no concurso;
- iii) O caso de impossibilidade de apresentação de uma proposta/candidatura numa determinada plataforma com impacto económica significativo;
- iv) ou de um qualquer trabalhador ou prestador de serviços que, por ficar impedido de se deslocar a determinado local, numa data concreta, fica impossibilitado de prestar o serviço a que estava obrigado;
- v) a situação de um pai/mãe, cujos filhos vivam habitualmente com o outro progenitor num outro país e que, tendo apenas um concreto (e curto) período de



tempo para aí se deslocar a fim de passar tempo com os filhos, deixa de o poder fazer;

vi) a hipótese de alguém que, tendo agendada uma intervenção cirúrgica num hospital de referência no estrangeiro, se vê impossibilitado de lá comparecer na data marcada; ou

vii) Um profissional de saúde que se vê impossibilitada de passar uma receita médica.

45 – De igual modo, a impossibilidade de exibição do CC torna inviável a impossibilidade de obtenção do Certificado de Registo Criminal, o que, consequentemente, é suscetível de inviabilizar a candidatura, entre outro, a concursos públicos; pelo que, no limite, pode ser mesmo ser posto em causa o direito ao trabalho, que merece, outrossim, assento constitucional.

46 – Sendo certo que – a este pretexto - não se poderá arguir que, desde que saibam antecipadamente da existência de greve, os cidadãos poderão obstar à verificação de tais prejuízos diligenciando, prévia e atempadamente, pela obtenção de tais documentos antes do início da greve; pois é consabido que existem inúmeras circunstâncias imprevisíveis suscetíveis de fazer gorar essa possibilidade de planeamento (como será o caso do furto ou perda de tais documentos).

47 – Facto é que o serviço de entrega do Cartão de Cidadão extremo urgente na zona norte apenas pode ser efetuado no balcão dos serviços do IRN, IP presentes na Loja do Cidadão no Porto, o que vale para afirmar que numa lógica de proximidade dos serviços essenciais ao cidadão, na senda da prossecução de uma política de diminuição progressiva das assimetrias regionais, o universo de cidadãos em causa não necessitam de se deslocar à cidade de Lisboa (serviços de atendimento do Campus da Justiça) para obter com o nível de extrema urgência o seu documento de identificação civil.


47. Esta iniciativa, reitera-se, tem-se revelado nevrálgica na satisfação de direitos fundamentais dos cidadãos portugueses, considerando a localização dos dois principais aeroportos em Portugal - o Humberto Delgado, em Lisboa, e o Francisco Sá Carneiro, no Porto.

48. Ademais, a proximidade dos serviços da Imprensa Nacional da Casa da Moeda à Loja do Cidadão do Porto – entidade responsável pelo fabrico (personalização) do cartão de cidadão e das respetivas Cartas PINs respeitantes aos códigos secretos necessários à utilização da vertente eletrónica do Cartão – e a rede viária utilizada, permite, no mais curto espaço de tempo, no mesmo dia do pedido ou no 1.º dia útil, disponibilizar o documento de identificação aos utentes, daí ser a Loja em causa o único balcão elegível para o efeito.

48 – De onde, obrigar os cidadãos que recorrem ao balcão do Porto, numa lógica de proximidade, a deslocarem-se a Lisboa para obtenção de um cartão de cidadão extremo urgente, porquanto estão impedidos de proceder ao seu levantamento no Porto, por motivo de greve dos trabalhadores, redundaria num prejuízo extremo e manifestamente injustificado.

49- E nem se diga que estes cidadãos poderão levantar o cartão noutra hora e/ou num outro dia naquele mesmo balcão, pois um utente que solicita um cartão de cidadão extremo urgente para levantamento no Porto às 10 horas das manhã, porque efetivamente necessita de o ter na sua posse, nesse mesmo dia - porque, por exemplo, está adstrito ao cumprimento de prazo para a prática de determinado ato que termina às 00.00H desse dia, ou porque tem uma viagem marcada pelas 22 horas, com embarque no Aeroporto do Porto - não pode, de todo, esperar que o mesmo lhe seja entregue na manhã do dia seguinte, porquanto tal comprometeria irremediavelmente o efeito útil, tornando-se manifestamente lesivos dos direitos do cidadão.

50- Outrossim, no que concerne ao levantamento do Passaporte Urgente ou expresso que tenha sido pedido na Loja do Cidadão do Porto, que, reitera-se, encontrando-se já naquele balcão no estado de “recebido para entrega ao



cidadão”, este último apenas o pode levantar neste balcão, ou seja, não pode ser entregue noutra serviço.

51- Acresce referir que não podemos olvidar que alguns países exigem que o viajante tenha um passaporte, outros ainda que esse passaporte esteja válido por um período mínimo de 6 meses a partir da data prevista de retorno ao país de origem, o que vale para dizer que o cidadão não pode viajar para todos os países munido apenas do seu cartão de cidadão.

52- Nem, ademais, se pretenda fazer crer que o facto de existirem em funções oficiais de registo, tal seria suficiente para assegurar as referidas necessidades, pois nos dias em causa apenas estão afetos ao gabinete de serviços de Identificação Civil – balcão onde se presta o serviço público de cartão de cidadão e passaporte – 2 oficiais de registo (1 no turno da manhã – das 8h15 às 14h15 + 1 no turno da tarde das 14h às 20h), e 9 AT turno em cada um dos turnos, sendo as equipas compostas por um total de 10 trabalhadores, o que se alcançará na eventualidade de não ocorrerem faltas ao serviço.

53 – Neste enquadramento, está inequivocamente demonstrado, que a inclusão dos serviços aqui em causa nos serviços mínimos, não poderá ter em caso algum o efeito de “esvaziar” o exercício do direito à greve, porquanto - dentro do âmbito da identificação civil - **os específicos serviços cuja prestação se pretende que seja assegurada, representam uma parte manifestamente residual da globalidade serviços prestados pelos referidos trabalhadores no IRN, IP.**

54– Atente-se que, no **período de férias** de verão, em que nos encontramos, por dia, são pedidos, em média, cerca de 12.000 CC (normais, urgentes, extremamente urgentes e provisórios); sendo que, desses 12.000 mil, apenas, em média, 450 CC foram pedidos com prioridade extremamente urgente (correspondendo a 3,75% do total) e destes, apenas cerca de 100 deles, em média, respeitam a CC para entrega no balcão da Loja do Cidadão do Porto (correspondente a 0,8%).

55- Já quanto aos Passaportes, num universo diário de cerca de 100 passaportes entregues, em média, na Loja do Cidadão do Porto, apenas uma média de 30 foram solicitados com a prioridade urgente ou expresso.

56 – Por fim, e porque, nos termos legais, é aos trabalhadores aderentes que cabe assegurar, durante a greve, a prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades sociais impreteríveis, importa ainda fazer referência aos meios que se reputam necessários para assegurar a prestação dos serviços que se pretendem ver incluídos na definição de serviços mínimos.

57 – Pelo que, **e tendo presente o leque de serviços cuja prestação se propõe que seja assegurada em contexto de greve** e o volume diário (em termos médios) de trabalho inerente à prestação de tais serviços, entende o IRN, IP que, no âmbito da identificação civil – e tal como consta dos já citados acórdãos dos colégios arbitrais - devem ser alocados, no mínimo e por serviço e/ou tarefa, os seguintes trabalhadores:



a) 4 trabalhadores por turno para os serviços inerentes aos cartão de cidadão “extremo urgente”², Passaporte urgente e expresso, serviços este a prestar, neste concreto contexto, apenas na Loja do Cidadão do Porto;


58 – Razão pela qual, **propugna o IRN, IP que, neste específico contexto, para além dos serviços mínimos e dos meios para os assegurar que se encontram já propostos no aviso prévio aqui em referência, seja, ainda, determinado pelo colégio arbitral:**

I – a fixação como serviços mínimos dos referentes:

- **à entrega do cartão de cidadão tramitado como extremamente urgente, (vulgo “extremo urgente”)- a ocorrer entre as 12:15 e as 14:15 horas e entre as 18:00 e as 20:00 horas dos próximos dias 12, 13 e 14 de julho**

² CC com prazo de entrega é no próprio dia, no caso dos pedidos entrados até às 11 horas ou no dia útil seguinte); sendo que o pedido pode ser feito em qualquer balcão de atendimento que disponibilize o serviço, mas a entrega apenas pode ser feita no DIC – Campus da Justiça em Lisboa ou na Loja do Cidadão do .

- 
- 
- *à entrega de passaportes tramitados com o nível de prioridade urgente e expresso- a ocorrer entre as 12:15 e as 14:15 horas e entre as 18:00 e as 20:00 horas dos próximos dias 12, 13 e 14 de julho*



II – a indicação, como meios necessários para os assegurar, de 4 trabalhadores, por turno, para efetuaram as tarefas inerentes à entrega de cartão de cidadão extremo urgentes – 8 trabalhadores no total dos 2 turnos;

59 – Propondo-se, assim e em suma que:

SEJAM ASSEGURADOS COMO SERVIÇOS MÍNIMOS:

a) serviços referentes à entrega do cartão de cidadão tramitado como extremamente urgente (vulgo “extremo urgente”);

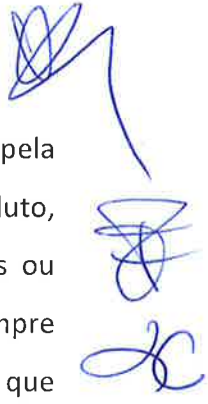
b) serviços referentes à entrega do passaporte tramitado como urgente e expresso

SEJAM DEFINIDOS COMO MEIOS NECESSÁRIOS PARA ASSEGURAR OS SERVIÇOS MÍNIMOS:

a) 4 (três) trabalhadores, por turno, para efetuaram as tarefas inerentes à entrega de cartão de cidadão extremo urgentes – 8 (seis) trabalhadores no total dos 2 turnos;”

II - Apreciação e fundamentação

1 – Cumpre ao presente Colégio Arbitral pronunciar-se quanto à necessidade, ou não, de fixação de serviços mínimos e meios necessários para os assegurar, para a greve decretada pelo STFPSN para os dias 12, 13 e 14 de julho de 2022, entre as 12h15 e as 14h15 e as 18h00 e as 20h00.




O direito à greve, sendo um direito fundamental garantido aos trabalhadores pela Constituição da República Portuguesa (art. 57.º da CRP), não é um direito absoluto, investindo a Constituição e a Lei os aderentes à paralisação de certos deveres ou obrigações, que podem mesmo implicar o exercício de sua atividade normal, sempre que a greve ocorra em serviços que assegurem necessidades sociais impreteríveis, que mais não sendo que outros bens ou direitos merecedores de igual tutela constitucional, o exercício do direito à greve não pode naturalmente pôr em causa.



Porém, é de reter que o normativo em questão não consagra um direito absoluto, uma vez que pode sofrer as restrições prevista no seu n.º 3, o qual permite que o legislador ordinário defina as condições da prestação, durante a greve, de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. Estas restrições decorrem da necessidade de acautelar a defesa de outros direitos também eles constitucionalmente garantidos, da necessidade de tutela do interesse geral da comunidade e de direitos fundamentais dos cidadãos que o normal exercício do direito à greve pode pôr em causa.

Assim, os serviços mínimos a assegurar pelos trabalhadores grevistas, na pendência de uma greve, para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, serão aqueles que, em face das circunstâncias de cada caso forem adequados para que o serviço onde a greve decorre e no âmbito da sua ação, não deixe de prestar aos membros da comunidade aquilo que, sendo essencial para a vida individual ou coletiva, careça de imediata utilização ou aproveitamento, para que não ocorra irremediável prejuízo (Vide Parecer da Procuradoria Geral da República n.º 100/89 in DR, 2.ª Série, n.º 276 de 29 de Novembro de 1990).

De salientar igualmente o exposto no art. 397.º n.º 2 al. i) da LTFP, a qual prescreve que estão obrigados à prestação de serviços mínimos durante a greve os órgãos ou serviços que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, incluindo expressa e inequívocamente a referência aos serviços de atendimento ao público que assegurem a satisfação de necessidades essenciais cuja prestação incumba ao Estado.



Resulta claro que os serviços mínimos não se destinam a assegurar a regularidade da atividade, mas tão só as necessidades essenciais, devendo, na respetiva definição respeitar-se os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.



Assumindo esta premissa é de referir que a questão de se saber se o IRN, IP prossegue a satisfação de necessidades sociais impreteríveis já foi decidida por diversos colégios arbitrais (Vide, entre outros, Acórdão 14/2018/DRCT-ACM, 15/2019/DRCT-ASM e 22/2019/DRCT – ASM, todos eles disponíveis para consulta no site <https://www.dgaep.gov.pt>), sendo sempre assumido e sem controvérsia, a posição que os serviços aqui em análise são um sector de relevância social susceptível de cumprir necessidades, cuja satisfação imediata é imprescindível e, por isso, um sector onde se justifica a fixação de serviços mínimos, posição que este Colégio Arbitral acompanha.

No que respeita aos meios para assegurar os serviços mínimos na esteira do que se vem considerando e que se pauta pelo princípio da compressão mínima do exercício do direito de greve, os meios humanos necessários ao cumprimento daqueles serviços hão-de, também eles, ser os estritamente imprescindíveis a assegurar as identificadas necessidades sociais impreteríveis.

De salientar que o cartão de cidadão é o documento de identificação dos cidadãos portugueses, sem limite mínimo de idade que substituiu não só o bilhete de identidade como também outros documentos, nomeadamente, o cartão de beneficiário da Segurança Social, o cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde e o cartão de contribuinte. A identificação é o ato de vontade pelo qual o cidadão se dá a conhecer perante terceiros, como sujeito titular de direitos e de deveres. Assim, o cartão de cidadão permite aos cidadãos fazer prova dessa titularidade, por ato de vontade própria, de forma presencial no seu relacionamento com o mundo físico e digitalmente na sua interação com serviços eletrónicos.

O Tribunal não pode ser indiferente ao facto de o cartão de cidadão se apresentar como um documento de cidadania, que como documento físico, permite ao cidadão identificar-se presencialmente de forma segura e que, como documento tecnológico, lhe permite identificar-se perante serviços informatizados e autenticar documentos

eletrónicos, não podendo, por isso, a identificação civil provisória e/ou urgente ficar fora do núcleo de serviços essenciais que importa garantir aos cidadãos, mesmo em contexto de greve.

2 – No caso em apreço, porque:

- a) Se trata de uma greve que se aplica exclusivamente ao serviço na Loja do Cidadão do Porto, abrangendo apenas os trabalhadores da carreira de Assistente Técnico e por um período específico (das 12h15 às 14h15 e das 18h00 às 20h00) – uma greve individualizada e intermitente -, funcionando os serviços em pleno fora daqueles períodos;
- b) Existem mais serviços na cidade do Porto, alternativos à Loja do Cidadão, aonde poderão recorrer todos os interessados, podendo ainda fora daqueles períodos de greve também ser atendidos naquela Loja; e
- c) Também existem nesta Loja do Cidadão, nos períodos da greve, outros trabalhadores (os Técnicos Superiores e os Oficiais dos Registos) que não estão em greve (para além dos Assistentes Técnicos não aderentes) e que poderão dar continuidade ao atendimento, que também é uma das suas funções, podendo, por isso, proceder às entregas dos documentos (cartão de cidadão extremamente urgente e passaporte urgente e expresso) referidos pelo IRN, IP – única atividade dos serviços mínimos reclamada a prestar pelo IRN, IP;

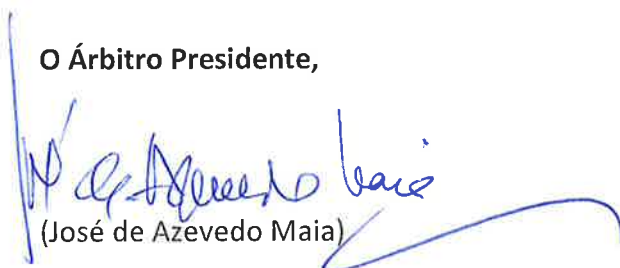
Não vislumbra este Colégio Arbitral necessidade de fixar serviços mínimos para a greve aqui referida, não obstante esta se prolongar por três dias úteis seguidos (dias 12, 13 e 14 de julho correntes, uma terça, quarta e quinta-feira respetivamente), para não onerar o direito à greve, já que as necessidades sociais impreteríveis que a lei impõe serem satisfeitas no caso, podem ser asseguradas pela forma que acima se expôs, assim se respeitando o comando do n.º 7 do artigo 398.º da Lei 35/2014, de 20 de junho.

III- Decisão:

Face ao exposto, o Colégio Arbitral decide, por unanimidade, não fixar serviços mínimos para a greve decretada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte, para os dias 12, 13 e 14 de julho de 2022, entre as 12h15 e as 14h15 e as 18h00 e as 20h00.

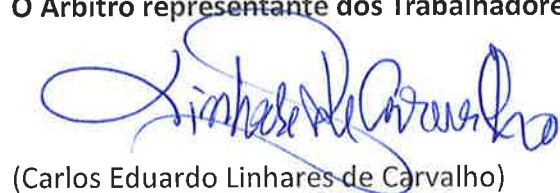
Lisboa, 8 de julho de 2022

O Árbitro Presidente,



(José de Azevedo Maia)

O Árbitro representante dos Trabalhadores,



(Carlos Eduardo Linhares de Carvalho)

O Árbitro representante dos Empregadores Públicos,



(Paula Alexandra Gonçalves Matos da Cruz Fernandes)